assim como, ter domínio do que foi planejado com conhecimento prévio dos recursos e estratégias pensadas. Desta maneira, devem ser desenvolvidas nas escolas de educação infantil, atividades que visem à sensibilização e ampliação dos conhecimentos da criança sobre a arte de uma maneira intuitiva, inclusive com sua participação criadora.

Para tanto a preocupação com os espaços utilizados para a execução das atividades devem ser uma preocupação do educador. Oferecer o espaço adequado, apropriado, que seja aconchegante, estimulante e organizado para tal, é essencial para o resultado positivo do objetivo que se pretende atingir ao planejar uma atividade artística com as crianças.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo:

Cortez, 1984.

BARBIERI, J. C.; SILVA, D. da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. RAM, Rev. Adm.

Mackenzie, v. 12, n. 3, edição especial, São Paulo, SP, p. 51-82, maio/jun. 2004.

BONDIOLI, A. & MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos – uma abordagem reflexiva. Porto Alegre: Artmed. 1988.

BRITAIN, W. Lambert; LOWENFELD, Viktor. Desenvolvimento da capacidade criadora. 1. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977.DERDYK, Edith. Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo Infantil.

FASSINA, Marice Kincheski. Desenhação um estudo sobre o desenho infantil como fonte de múltiplas possibilidades no Ensino Fundamental.

Disponível em: http://ppgav.ceart.udesc.br/ciclo3/ anais/Marice%20Fassina.pdf.

Acesso em: 22. Janeiro. 2022.

MATTOS, Maria Beatriz da Silva Mattos. Orientação Vocacional: A Escolha do Ser: Uma proposta Transpessoal. São Paulo: Editora Pillares, 2008.

OLIVEIRA, V. B. O brincar e a criança do nascimento aos 6 anos. São Paulo: 2005.

PILLAR, Analice Dutra. Desenho & escrita como sistema de representação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PORCHER, Louis. Educação artística: luxo ou necessidade? São Paulo: Summus,1982.

REDIN, Euclides. O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca.Porto Alegre:Mediação,1998.

VIEIRA, Leni Dornelles. Na escola infantil todo brinca se você brinca. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise. Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

ASPECTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

JULIANA DE SOUZA GONÇALVES

RESUMO

Segundo a Constituição federal do ano de 1988 no artigo 208 IV que detalha a educação infantil como um dever do Estado e que ainda deve garantir o atendimento para crianças de 0 até 5 anos de idade. De acordo com o Eca a lei de número 8069 da data de 13 de julho,1990 no seu segundo artigo especifica que devem haver cuidados com relação aos adolescentes e crianças. Sendo as crianças tendo idade até os 12 anos incompletos e o adolescente tendo idade até os 18 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de n° 9394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 4°, inciso IV apresenta a mesma determinação da Constituição Federal em relação ao dever do Estado e o "atendimento gratuito em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade". No artigo 30, inciso I, determina que a educação infantil seja oferecida em "creches, ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade". No artigo 11, inciso V há a determinação para o Município oferecer educação infantil em creches e pré-escolas.

Ainda há a resolução especifica sobre creches e escolas de educação infantil que são norteadas pelas leis orgânicas de cada município. Pode-se citar a Constituição no ano de 1988 e ainda o estatuto da criança a lei de diretrizes e bases além das leis orgânicas municipais que normatizam a criança e o adolescente.

Palavras-Chave: Educação infantil, Legislação, Espaço de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Definição de educação infantil

A educação infantil tem um sentido abrangente pois relaciona todas as especificações referentes a realidade educativa vivenciada de forma constante pela família, pais, crianças e educadores em geral. A educação infantil está relacionada a educação que é disponibilizada para crianças a partir de 0 anos de idade. Proinfantil,2005.Ainda de acordo com Kuhlmann,2003 p.469:

Pode-se falar em educação infantil em

um sentido mais amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança da família na comunidade, na sociedade e na cultura e que está inserida. Mas ainda há outro significado, mais delimitado consagrado na Constituição Federal de 1988 que se refere a modalidade especifica das instituições educacionais para a criança pequena de 0 a 6 anos de idade. Essas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX em vários países do continente europeu como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização.

A educação infantil tem como um de seus parâmetros a regularidade de um estabelecimento educativo domiciliar pois nessa etapa da vida da criança, ela pode ser atendida de forma pedagógica desde os 0 anos até os 5 anos de idade, mesmo que estas não sejam obrigadas a frequentar nenhum tipo de unidade escolar. De acordo com a Constituição de 1988, a responsabilidade com referência a educação de crianças nessa faixa etária é do Estado ofertando creches gratuitas com educação não obrigatória. As leis de diretrizes e bases conforme a lei 9394/96 afirma que as instituições que atendem crianças na faixa etária de 0 a 3 anos sejam as creches, já as instituições que atendem crianças entre 4 e 5 anos de idade sejam denominadas pré escolas. Ainda segundo a lei 11.274 do ano de 2006, o ensino fundamental passa a ser composto por 9 anos e não mais por oito anos, sendo assim todas as crianças devem obrigatoriamente iniciar o ensino fundamental com seis anos de idade. Segundo a LDB, a educação infantil deve:

No art.29. A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade. No art. 30 a Educação Infantil será oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e em pré- escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade. No art. 31. Na Educação Infantil a avaliação será feita mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para acesso ao Ensino Fundamental.

No caso especifico da educação infantil, é importante ressaltar que há um grande enfoque na parte pedagógica onde as crianças praticam atividades que as desenvolvam de forma plena, pois diferente do que é disseminado a educação infantil também tem o objetivo de desenvolver na criança aptidões diversificadas e não se ater somente nas brincadeiras e atividades lúdicas. Pois as crianças mesmo antes do ensino fundamental devem ter suas habilidades estimuladas, o que faz com que seu desempenho no decorrer do ensino fundamental seja satisfatório, esse trabalho deve ser desenvolvido entre os 0 a 5 anos de idade.

O referencial curricular,1998 p.32 diz ainda que:

Cabe ao professor individualizar as situações de aprendizagem oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais, cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e as individualidades de cada criança.

Ou seja, o educador deve considerar que todas as crianças devem receber estímulos para que sejam desenvolvidas independente de suas diferenças. O profissional da educação deve estar capacitado para que possa proporcionar as crianças momentos de desenvolvimento e aprendizagem considerando as características pessoais de cada uma, o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais é compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.23), deixa claro que a instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que frequentam, indiscriminadamente, elementos de cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social.

A educação infantil tem uma história recente no Brasil, nas últimas décadas a educação direcionada para o ensino infantil teve maior destaque pois as creches e escolas de educação infantil tiveram um aumento considerável até mesmo devido ao posicionamento das mulheres que estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho. A primeira creche no Brasil surgiu no estado do Rio de Janeiro no ano de 1899. Teve início uma rede assistencial de proteção a assistência a infância. A Constituição federal do ano de 1988 enfatizou que a criança deveria ter o direito a educação/creche e pré escola além do ensino gratuito nesse caso visando o ensino pedagógico da criança e não somente a assistência permanente. Nesse sentido a criança era vista como uma criança que necessita de cuidados e de direcionamentos para que possa haver um desenvolvimento pedagógico. Na LDB 9394/96 a educação infantil adquiriu um papel diferente com relação a criança com pouca idade, pois essa legislação enfatiza que a educação infantil comece dos 0 anos e siga até os 5 anos de idade sendo um ciclo que englobe a educação infantil e a pré escola de modo que seja uma educação continuada até o ensino fundamental. Muitas conquistas foram adquiridas ao longo dos anos e a criança hoje é vista como um indivíduo que necessita ter suas competências desenvolvidas para que tenha habilidades nos anos posteriores de ensino. Sendo a educação infantil um direito da criança e um dever que deve ser ofertado por parte do estado. De acordo com Kuhl-

mann Junior, 2004 a ausência de pesquisas e com interferências e documentações divergente fez com que houvessem dúvidas com relação a história da educação infantil. Houveram pesquisas que norteavam a educação infantil e que cooperavam com o membro de constituintes no ano de 1988 e segundo essa constituição federal a creche passou a ter um papel regulamentado na educação deixando de fazer parte de um assistencialismo social. Sendo assim também houveram mudanças no Estatuto da criança e adolescente ECA e na Lei de Diretrizes e bases LDB,1996.

Educação: Direito assistido a crianças de 0 a 5 anos de idade

De acordo com Piaget (1998), quando o tema é o direito que a criança possui a educação, lembra que deve- se lembrar em consideração o papel indiscutível que os fatores sociais exercem na formação de cada um. A educação é extremamente necessária para o desenvolvimento natural do indivíduo, pois do contrário não teria condições de adquirir as estruturas mentais básicas e necessárias. A partir do momento em que a criança de zero a seis anos de idade possui acesso à educação, é possível identificar a obrigação da busca de meios que contribua pra o estimulo, além de ambientes adequados, que favoreçam o desenvolvimento da criança, considerando todas as áreas e suas potencialidades. A construção de um ambiente que estimule o pleno desenvolvimento da criança dentro da creche identificou-se que gradativamente há a busca de condições para que os profissionais da área assumam um caráter educacional. Pode- se considerar no Brasil, dois tipos de atendimentos paralelos no que diz respeito a crianças com idade entre zero e seis anos: a creche (apresentando caráter assistencial) e a pré- escola (ligada ao sistema escolar). A proposta apresentada a ambas, conforme F.D.E (SP, 1990, p. 21.) devido proximidade com a faixa etária de sete anos de idade é:

Como diretriz na definição a serem verificadas na legislação complementar e para a organização de uma política educacional preocupada com a inclusão de crianças de zero a seis anos de idade, denominou-se Creche para toda instituição, buscando o cuidado e assistência às crianças de zero a três anos e onze meses; quanto a Pré escola para toda instituição, atendendo desta vez crianças com idade entre quatro e seis anos e onze meses de idade; ambas visando a educação do indivíduo. Porem na prática, muitas vezes o critério utilizado na diferenciação entre as duas instituições é outro. Para a F.D.E. (SP, 1990), isso garantiria uma integração entre a creche e pré- escola; a intenção é de em determinados momentos constituir uma trajetória contínua para crianças atendidas dentro do mesmo sistema escolar.

O que caracterizou a fase inicial das creches foi a iniciativa privada de caráter assistencial- filantrópico, priorizando a ausência da moral e econômica identificada no ambiente familiar.

As primeiras creches surgiram na Europa, por volta do século XIX e no Brasil, no século XX, precedidas da estruturação do capitalismo e aumento significativo da urbanização e necessidade de reprodução da força de trabalho, envolvendo pessoas capazes, nutridas, higiênicas e sem doenças; a partir de então, criouse associações e/ ou organizações sociais, religiosas ou filantrópicas coma participação efetiva de mulheres, com o objetivo de conquistarem o atendimento de seus filhos devido a necessidade de trabalharem; contudo, havia a preocupação de como dispensar uma mulher para o trabalho e ainda reforçar seu lugar em casa e com os filhos.

Se por um lado surgiu a necessidade de atender a mulher- operaria que não tinha alternativa no que dizia respeito ao local para deixar seus filhos, por outro houve o surgimento do pensamento de que tal necessidade era recorrente de

"mães incompetentes" por parte da creche, não considerando-as como boas donas- de- casa e incompetentes com relação a cuidado com seus filhos; assim, surgiu uma relação de favor entre as associações provedoras e as famílias; ao mesmo tempo em que havia promoção de ideologia da família, se salientava a incompetência das que utilizavam os serviços das creches.(Haddad, 1991.) Na Europa, a família conseguia ocupar um espaço privilegiado no que diz respeito a cuidados e educação das crianças menores e as creches estavam sempre lugares específicos, sem valor próprio; era vista como uma instituição de emergência e segundo Haddad (1991), atuava precariamente, com poucos recursos, má qualidade com relação ao atendimento, o quadro de funcionário muitas vezes era formado por voluntários, além da ausência de legislação.

A creche seguiu por muito tempo, modelos de funcionamento conforme os padrões vistos de famílias e maternidade até então propostos por profissionais tanto da área do serviço social, psicologia, como medicina higiênica entre outros, que ofereceram contornos á pratica institucional; além das necessidades na área econômica, moral e de higiene, identificou-se também carências afetivas, nutricionais, culturais e até cognitivas, impulsionando o desenvolvimento de alterações no funcionamento das instituições. Nos anos 50, as creches se depararam com um discurso psicológico, baseado em especial nos estudos de Bowlby (1952). Destacam- se ainda, Ainsworth, Aubry, David, Soulé e Spitz, também participantes dos estudos sobre depressão analítica e hospitalismo; o intuito era alertar os efeitos prejudiciais que por muitas vezes são perceptíveis nos primeiros meses

de vida da criança e também no cuidado compartilhado, podendo influenciar em seu desenvolvimento.

A chegada de tal recurso nas creches foi o responsável por grande reviravolta; segundo Pessoa (1990) atualmente ainda é possível sentir tal reviravolta. Houve substituição das pajens e atendentes infantis por enfermeiras do período higiênico; enfatizou-se os cuidados relacionados ao nível lado psíquico, físico e afetivo; a ausência de estimulação e o abandono nas instituições foram finalmente denunciados. Porém, com a literatura do apego e/ou ligação afetiva que evidenciava a necessidade da criança estabelecer uma relação estável com sua mãe, contando com o risco de prejudicar seu desenvolvimento, já que a ideologia da família lança, insistentemente, a mãe a um forte sentimento de culpa e incapacidade; ao deixar seu filho na creche, sentia-se como se estivesse assinando seu próprio atestado de incompetência, uma vez que a creche representava um risco para a criança devido tais separações diárias de sua mãe e passaria a conviver com o cuidado de outros adultos. Segundo Rossetti- Ferreira, (1988, p.60), "para evitar um eventual prejuízo para o desenvolvimento da criança, faz- se necessário garantir-lhe na creche um cuidado materno substitutivo e adequado".

Por volta dos anos 60, surgiu um novo discurso, que se baseava nas teorias da privação cultural, ou seja, a creche recebeu uma nova função: a de compensar as deficiências bio-psico-culturais que muitas crianças têm durante seu desenvolvimento. A partir daí novas categorias profissionais surgiram, como por exemplo, professores, recreacionistas, psicólogos e pedagogos. Medidas foram adaptadas para reorganizar a distribuição de espaço, diminuição do tempo de espera da criança e por fim, houve maior autonomia e independência.

(Haddad, 1991).

No Brasil, por volta da década de 70, houve a eclosão de diversos movimentos sociais, em determinados locais, a creche passou a ser vista de outra forma, passou a ser solicitada como um direito de toda mulher-operaria. Em São Paulo, muitas mulheres classificadas como pertencentes das classes mais populares, conseguiram aceitação devido reconhecimento de função de guarda e assistência às crianças pobres, por parte do Estado, ficaram então subordinadas a Secretaria do Bem- Estar Social.

Conforme Haddad (1991), a questão da creche ganhou força em especial no Brasil, nos últimos anos. Diversos setores da sociedade, como grupos ligados aos movimentos populares, comunidade acadêmica, representantes dos Conselhos da Condição Feminina e profissionais atuantes dos programas pré- escolares, decidiram reivindicar creches e pré-escolas, tendo em vista que se tratava de um direito da criança de todas as classes sociais de ter acesso à educação. Um marco importante na história da existência da creche brasileira, foi à articulação desses setores junto a Assembleia Constituinte, a partir daí houve a aprovação das principais reivindicações na Constituição de 1988. Dentre os que merecem destaque, está a inclusão da creche no sistema escolar e a educação da criança com idade entre zero e seis anos de idade. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento em creche e pré- escolas às crianças de zero a seis anos de idade...

(Constituição Brasileira, 1988, cap. III, art. 208, inciso IV). A creche passa então a ser subordinada a área de educação, deixando de ser considerada como uma agencia de guarda e assistência e vista com uma instituição educacional, criando assim novas responsabilidades dentro do sistema escolar. Um documento expedido pela FDE (SP, 1990), há a afirmação de que a elaboração e não aprovação de instrumentos legais constituírem componentes imprescindíveis, não suprem as necessidades no que diz respeito ao direito a educação, direito adquirido por crianças de zero a seis anos de idade. Identificouse então a necessidade de preceitos constitucionais operacionalizados através de uma política nacional de educação para tal clientela, constituindo então um instrumento para direcionar a ação da União dos Estados e Municípios.

Para que a criança tenha o direito a educação, constitucionalmente reconhecido, há novas perspectivas no que diz respeito ao favorecimento de sua potencialidade, já que se trata de condições estruturadas que proporcionarão novos aprendizados.

Segundo Piaget (1988, p. 34):

Afirmar o direito da pessoa humana à educação é, pois assumir uma responsabilidade muito mais pesada que a de assegurar a cada um a possibilidade da leitura, escrita e cálculo: significa a rigor garantir para toda criança o pleno desenvolvimento de suas funções mentais e a aquisição dos conhecimentos, bem como dos valores morais que correspondem ao exercício dessas funções, até a adaptação à vida social.

Atualmente, identifica-se entre as funções relacionadas à educação pré- escolar e à creche, a questão "guardar" a criança e prepará-la para o ensino fundamental, garantindo assim um prospero futuro acadêmico.

Nos anos 60 nos Estados Unidos e Europa e por volta da década de 70, no Brasil, iniciou-se uma função baseada em estudos de Jean Piaget, que acreditava que as necessidades básicas da criança e seu desenvolvimento (tanto físico e intelectual como emocional e social), deveriam atender integralmente a cada fase biopsicossocial e emocional. A Constituição Brasileira (1988) garante o direi-

to da criança a ter acesso a educação a partir dos primeiros anos de vida, pois é a partir da primeira infância que há grandes modificações na vida do indivíduo, mudanças estas que o ser humano conviverá por toda sua existência. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394), com a intenção de pôr em pratica as premissas contidas na Constituição, afirma que "o dever do Estado com a educação escolar pública será definitivo mediante a garantia de (...): IV- atendimento gratuito em creches e pré- escolas às crianças de zero a seis anos de idade". (Título III, Do Direito a Educação e Do Dever De Educar, art. 4). Assim, a creche está definitivamente inserida no sistema educacional de ensino.

O espaço disponibilizado para o desenvolvimento da educação infantil

O espaço físico é de extrema relevância para que o trabalho pedagógico seja desenvolvido. Pois para que as crianças sejam contempladas com atividades dirigidas e tenham suas potencialidades desenvolvidas o âmbito educacional deve ser propicio para que isso ocorra. De acordo com Barbosa,2006 p.120

Um dos desafios é a simbologia e as linguagens que transformam e modificam recriando de forma continua.

Já para Vygotsky (1987) o espaço físico e o social são fundamentais para que as crianças se desenvolvam por meio de interações pois as crianças fazem constantes assimilações e construções significativas. Segundo os Referenciais da educação infantil 1998 p. 69:

O espaço na Instituição de Educação Infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e da aprendizagem. Para tanto é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito a modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas.

O espaço físico e os componentes deste processo educacional são essenciais para a aprendizagem da criança e cooperam com a forma com que o professor administra as aulas e desenvolve seus alunos. O trabalho pedagógico na educação infantil deve proporcionar a criança o desenvolvimento da autonomia além da capacidade de fazer construções de forma significativa. Os professores devem estar sempre atentos a necessidade das crianças para que sejam supridas e para que haja sempre atividades significativas no sentido de que as crianças se socializam e interajam umas com as outras. Para se organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil se faz necessário antes de tudo, conhecer o grupo de crianças com os quais se irá trabalhar e consequentemente partir para o estabelecimento de uma sequência de atividades diárias conforme as necessidades delas. E importante salientar que o educador deve estar atento aos espaços que as crianças mais gostam de brincar, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, o que mais lhes chama a atenção, em quais momentos estão mais tranquilas e mais agitadas. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a educação infantil,1998 o tempo pode ser disponibilizado em três etapas, são elas:

Atividades permanentes, são aquelas que correspondem as necessidades básicas além de cuidados específicos e sequencias de atividades e projetos de trabalho. As sequencias contemplam as ações direcionadas e planejadas para que sejam aplicadas de forma significativa e a terceira é o projeto de trabalho que é um conjunto de ações dirigidas tendo como prioridade os conhecimentos específicos e os eixos pedagógicos visando os resultados como base para a práxis de ensino. O educador por sua vez tem papel essencial na rotina educacional da criança, assim como a ludicidade, pois faz parte de um ensino de qualidade a brincadeira que oportuniza o professor a se aproximar da criança de forma divertida e informal, sendo assim fica claro que o brincar para a criança não é somente uma diversão, mas é educação, socialização onde ela acaba construindo seu conhecimento e potencialidades.

De acordo com Severino (1991) os educadores de escolas infantis têm a necessidade de manter um comportamento ético para com as crianças, não deixando que elas sejam expostas ao ridículo ou que passem por situações constrangedoras. O educador deve ser sempre bem informado para que possa identificar as idades, as especificidades de cada um deles e os conteúdos mais indicados para cada um, visando o desenvolvimento destes. Os materiais devem ser sempre adequados, específicos para cada idade e aplicado de maneira direcionada por cada um deles, para que eles possam sempre ter a criatividade estimulada por meio dos brinquedos e atividades. Para enriquecer a atividade, o professor pode também enriquecer a atividade mudando as brincadeiras ou incrementando com novos personagens as histórias para chamar a atenção das crianças e assim envolvê-las. É na educação infantil que o professor desenvolve boa parte das capacidades da criança, essa fase é rica e deve ser desenvolvida na escola com total dedicação por parte do professor. Pois a brincadeira e o brinquedo são fundamentais para o desenvolvimento da criança e devem ser sempre considerados pelo professor como um fator relevante para o aprendizado da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que a criança seja sempre assistida por profissionais que atuam de forma pedagógica pois, para que a criança tenha suas potencialidades desenvolvidas é necessário